

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

LUCAS PEREIRA MORAES

**TRABALHO POR PLATAFORMA: A PRECARIZAÇÃO DOS PEQUENOS
EMPREENDEDORES E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA**

Porto Alegre

2024

LUCAS PEREIRA MORAES

**TRABALHO POR PLATAFORMA: A PRECARIZAÇÃO DOS PEQUENOS
EMPREENDEDORES E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Julice Salvagni.

Porto Alegre

2024

LUCAS PEREIRA MORAES

**TRABALHO POR PLATAFORMA: A PRECARIZAÇÃO DOS PEQUENOS
EMPREENDEDORES E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Julice Salvagni.

Conceito final: ____

Aprovado em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA:

Examinador – Prof. Dr. Martin Andres Moreira Zamora - UFRGS

Orientadora – Profa. Dra. Julice Salvagni - UFRGS

Porto Alegre

2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Rosângela Ornes Pereira e Dário Carvalho Moraes, por me incentivarem a estudar e dentro das possibilidades, sempre contribuir para que eu tivesse acesso à educação.

Às minhas irmãs Renata Pereira Moraes e Luiza Jacques que sempre me incentivaram e forneceram apoio quando mais necessitei.

À minha madrasta Cláudia Severo Jacques que me incentivou a buscar meus sonhos e ofereceu apoio nos momentos de adversidades.

À amiga e companheira de vida Katiele Radünz, pela sua contribuição no meu acesso à universidade e pelo seu apoio, incentivo e auxílio que me possibilitaram chegar no fim desta jornada.

À Jéssica Giacomini, que mesmo entrando recentemente em minha vida, me auxiliou e apoiou, possibilitando concluir este momento tão importante.

A todos os amigos e colegas de trabalho de que estive comigo em todos os momentos, mesmo que com pouca presença, mas sempre mandando apoio e energias positivas.

A Profa. Julice Salvagni por ter aceitado me orientar na condução desse trabalho e compartilhar sua experiência. A partir de suas orientações leves, assertivas e otimistas, fazer este trabalho foi bastante prazeroso.

Ao Conde e a Condessa que sempre estiveram do meu lado, companheiros nos momentos de alegria e me confortando nos de tristeza.

Às Políticas de Cotas que permitiram o meu acesso à Universidade Pública de qualidade, permitindo realizar o meu sonho.

E por fim, à UFRGS, por seu acolhimento, suas políticas de assistência estudantil e pelo oferecimento de inúmeras experiências que pude vivenciar ao longo desses anos na graduação.

RESUMO

Em uma sociedade já marcada por intensa desigualdade econômica como a brasileira, a análise das assimetrias nas relações de trabalho é fundamental e possui um potencial transformador sobre a matriz social. A presente pesquisa, aborda as relações de trabalho causadas pelo fenômeno crescente da plataformação, qual se caracteriza pela precarização e flexibilização dos direitos trabalhistas, porém pela visão do empreendedor que se utiliza destas ferramentas digitais como intermediário para fornecer os seus produtos. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 4 empresários do ramo alimentício. A análise dos diálogos, deu-se através de três categorias que abordam questões como plataformação, empreendedorismo e redes de resistência e alternativas. Desta forma, identificou-se a motivação para o uso das plataformas digitais, como a mudança da experiência dos clientes através do uso dessas ferramentas e o atingimento de novos públicos. Mas, expondo os seus receios, como a falta de suporte técnico, retenção dos dados dos clientes e a dependência desde modelo que influencia diretamente no funcionamento dos seus empreendimentos. Os empresários compreendem a importância de redes de cooperação para o desenvolvimento, participando de projetos coletivos com compartilhamento de experiências. Relataram a busca de alternativas à plataformação pois se consideram explorados, como contato direto com o cliente se utilizando de outros canais, preços diferenciados e investimentos na modalidade presencial de atendimento. Por fim, elucidaram a utilização de cooperativas de entregadores, mesmo que a preocupação inicial seja a qualidade da entrega dos seus produtos e resguardo jurídico, demonstraram preocupação com as condições desses trabalhadores.

Palavras-chave: plataformação; relações de trabalho; empreendedorismo; precarização; redes e cooperação.

ABSTRACT

In a society already marked by intense economic inequality like Brazil's, the analysis of asymmetries in labor relations is fundamental and holds transformative potential over the social fabric. This research addresses labor relations stemming from the growing phenomenon of platformization, characterized by the precarization and flexibilization of labor rights. However, it approaches it from the perspective of the entrepreneur who utilizes these digital tools as intermediaries to provide their products. To do so, the qualitative method was employed, through semi-structured interviews conducted with 4 entrepreneurs in the food industry. The analysis of the dialogues was conducted through three categories that address issues such as platformization, entrepreneurship, and networks of resistance and alternatives. In this way, the motivation for the use of digital platforms was identified, such as changing the customer experience through the use of these tools and reaching new audiences. However, exposing their concerns, such as the lack of technical support, retention of customer data, and dependence on this model that directly influences the operation of their businesses. The entrepreneurs understand the importance of cooperation networks for development, participating in collective projects with shared experiences. They reported seeking alternatives to platformization as they consider themselves exploited, such as direct contact with the customer using other channels, differentiated pricing, and investments in face-to-face service modalities. Finally, they mentioned the use of delivery cooperatives, even though their initial concern is the quality of the delivery of their products and legal protection, they demonstrated concern for the conditions of these workers.

Keywords: platformization; labor relations; entrepreneurship; precarization; networks and cooperation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição dos entrevistados	24
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	13
3. REVISÃO TEÓRICA	15
3.1 PLATAFORMIZAÇÃO	15
3.2 EMPREENDEDORISMO DE SI	16
3.3 REDES, RESISTÊNCIA E COOPERAÇÃO	19
4. OBJETIVOS	23
4.1 OBJETIVO GERAL	23
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
6. ANÁLISE DE DADOS	26
6.1 PLATAFORMIZAÇÃO	26
6.2 EMPREENDEDORISMO.....	30
6.3 REDES DE RESISTÊNCIA E ALTERNATIVAS	32
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE	43
Roteiro da Pesquisa da Entrevista de Profundidade	43
Informações sobre o entrevistado	43
Questionamentos sobre Plataformização.....	43
Questionamentos sobre Empreendedorismo	43
Questionamentos sobre Redes de Cooperação.....	44
Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	44

1. INTRODUÇÃO

As relações de trabalho são fundamentais para o desenvolvimento social e, por esse motivo, empresas buscam evitar o vínculo empregatício através de plataformas digitais. Empreendedores que usufruem de trabalhadores que executam suas atividades à margem dos direitos trabalhistas, incentivados pela cultura empreendedora que exalta novas formas de organização do trabalho. São modelos de negócio baseados em uma economia compartilhada, onde pessoas comuns podem ganhar dinheiro ao oferecer serviços por meio de plataformas digitais. Aplicativos de transporte, que ao iniciar suas operações com conceito de uma economia colaborativa, realizando gerenciamento de “caronas”, se revelaram um serviço prestado em troca de dinheiro (Casagrande; Zamora; Oviedo, 2021). Esse fenômeno, acentuado pela reforma trabalhista de 2017, que gerou uma intensa flexibilização do trabalho, onde a plataformização contribuiu para a atualização e renovação de formas de informalidade, precariedade e exploração de trabalhadores (Grohmann; Salvagni, 2023).

No contexto atual das condições de trabalho no Brasil, onde a taxa de desemprego no 3º trimestre de 2023 atinge 7,7%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses trabalhadores que possuem o seu próprio negócio e são prestadores de serviços formalizados como microempreendedores individuais, são desconsiderados nos índices de desemprego. Trabalhadores esses, reféns das lógicas algorítmicas que são parte crucial de novos mecanismos de gerenciamento e controle do trabalho (Grohmann, 2020). Atualmente, o conceito de empreendedor, se presta a legitimar o desespero precário dos que buscam renda. (Casagrande; Zamora; Oviedo, 2021).

Tais relações são potencializadas através das plataformas digitais que consolidam o trabalhador como um autogerente-subordinado que já não é mais contratado, mas se engaja via adesão a plataformas (Abílio, 2019). Estas, que inicialmente eram vistas como alternativas, agora são consideradas uma oportunidade complementação de renda. Segundo Abílio (2019), o trabalho por plataformas digitais evidencia como empresas se apropriam de forma produtiva e organizada dos modos de vida e da vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que monopolizam os setores econômicos onde atuam.

Conforme Casagrande, Zamora e Oviedo (2021), motorista de aplicativos e entregadores não podem ser considerados empreendedores, mas sim, um trabalhador com especificidades típicas dos novos arranjos tecnológicos. A uberização, apesar da visibilidade não se restringe a empresa Uber, tampouco ao setor de transportes (Abílio, 2020). Quer dizer, trata-se de uma tendência de âmbito global – em um cenário com exclusão de direitos sociais – que compreende diversos setores da economia e ocupações. Abílio (2019), cita que nessas condições o trabalhador está desprovido de garantias, arcando com os riscos e custos de sua atividade, estando disponível, sendo recrutado e remunerado sob novas lógicas, reforçado pelo argumento de Grohmann (2019), que falar sobre a plataformização do trabalho em vez de uberização, evidencia-se a multiplicidade de atividades de trabalho e suas dinâmicas, considerando clivagens de gênero, raça e território, em um país onde os bicos – termo popular para pequenos serviços – sempre foram a norma, não a exceção.

Potencializadas pela Reforma Trabalhista, que possui um papel importante em normalizar essas relações (Grohmann; Salvagni, 2023), e pela pandemia de COVID-19 (Antunes, 2022), onde, através da alteração das atividades empresariais e relações de emprego, houve alterações nos canais de distribuição do presencial para o digital, transformando trabalhadores formais em colaboradores terceirizados. Dessa forma, tornando o que era provisório em permanente, o mercado de trabalho usufrui desta precarização para explorar os trabalhadores, aumentando a desigualdade social. Antunes (2022), cita que essas corporações globais ampliam suas forças de trabalho contando quase sempre com a condescendência de governos e setores majoritários do Legislativo e do Judiciário, contratando trabalhadores como “prestadores de serviço”, precarizando-os e excluindo-os dos direitos sociais. Estamos vivenciando, conforme Antunes (2011), a erosão do trabalho contratado e regulamentado, vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo” e “trabalho voluntário”.

A precarização da classe trabalhadora através das plataformas digitais e a deturpação do empreendedorismo, permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial com perdas de referências coletivas que, segundo Barbosa e Magno (2011), enfraquece a capacidade de mobilização coletiva da classe trabalhadora. Abílio (2020), reforça que a plataformização se refere às regulações estatais e o papel ativo do Estado na eliminação de direitos, resultando na

flexibilização do trabalho. Esse distencionamento, envolvendo a legitimação, legalização e banalização; transferindo os custos e riscos para o trabalhador.

Conforme Dornelas (2014), empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, que tem por objetivo a criação de negócios de sucesso. Conceito que vai de encontro ao contexto atual, que precariza as relações de trabalho através da criação de dependência das plataformas digitais para o desempenho da atividade remuneratória. Essa forma deturpada de empreendedorismo é resultado de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho (Abílio, 2019). Inicialmente, como alternativas de complemento de renda, o trabalho em plataformas digitais se transformou em uma busca por alternativas de sobrevivência e tem estimulado a disseminação da cultura empreendedora imprudente.

Os trabalhadores são convencidos de que características como a flexibilidade de carga horária, independência, poder de decisão e lucratividade são fatores vantajosos em relação aos direitos trabalhistas. Trabalhadores sem garantias previdenciárias – segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por prestarem serviços temporários e sob demanda, em 2023, apenas 23% dos trabalhadores de aplicativo de transporte contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – uma das principais condicionantes da estabilidade social, absorvem os custos operacionais e os riscos causados pelas longas jornadas de trabalho. Empreendem sem a perspectiva de investimentos, de lucratividade e sem a geração de novos postos de trabalho. Características essas, que tornam cíclicas a exploração que gera concentração de capital, resultando, como observa Antunes (2022), em uma expansão do distinto modo de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado e trabalhos intermitentes em proliferação (Antunes, 2022). Com tais aspectos de precarização, trabalhadores necessitam, ainda que não popularizado, de contrapontos ao cenário contemporâneo de concentração de renda e exploração da mão de obra. Grohmann (2019), considera que há três principais movimentos para construção de alternativas: a) a regulação do trabalho nas plataformas digitais; b) a organização coletiva dos trabalhadores; c) a construção de outras lógicas de organização do trabalho, como o cooperativismo de plataforma.

Para tais lógicas de organização do trabalho, é necessário o entendimento dos atores e suas influências no processo. Greves de trabalhadores por plataformas em

várias partes do mundo e índices baixos de trabalho decente em plataformas digitais têm evidenciado que é preciso construir alternativas desde a base (Grohmann; Salvagni, 2023). Como, por exemplo, iniciativas dos empreendedores proprietários de estabelecimentos que comercializam seus produtos e, ou, serviços e se submetem as exigências dos algoritmos para definição dos processos. Assim, mesmo que indiretamente, transferindo para os trabalhadores e perpetuando a precarização.

Pelos motivos acima citados, a questão norteadora do presente estudo é: **Quais os elementos de resistência dos pequenos empreendedores em relação às plataformas digitais?** Com base nesse questionamento, essa pesquisa pretende contribuir com os estudos necessários já realizados a partir do ponto de vista dos trabalhadores, porém, pela ótica das empresas que se utilizam destes serviço e influenciam diretamente nas relações de trabalho. Ainda tem por objetivo, identificar os elementos de resistência dos proprietários de negócios locais, devido ao avanço tecnológico e o surgimento de novas formas de plataformização e suas alternativas aos aplicativos de entregas para o fornecimento dos serviços. Por fim, também espera-se, estimar o entendimento da influência da plataformização nas suas atividades empresariais, observando se há uma compreensão, por parte dos empreendedores, de que essa tendência global os afeta, influenciando diretamente em seu cotidiano e nas suas relações com clientes, fornecedores e trabalhadores.

2. JUSTIFICATIVA

Em uma sociedade, já marcada por intensa desigualdade econômica como a brasileira, a análise das assimetrias nas relações de trabalho é fundamental e possui um potencial transformador sobre a matriz social. Embora, no período da pandemia de COVID-19 tenha ocorrido a potencialização da plataformização e da individualização da atividade empreendedora (Antunes, 2022), contribui para a disseminação deste modelo a escassez de alternativas de trabalho e emprego, sendo uma massa crescente de força de trabalhos sobrando. Há carência de estudos que abordem o tema pela ótica do empreendedor que fomenta e abastece a plataformização. Como por exemplo, o relatório *Fairwork Brasil* (2023), que aborda a busca por trabalho descente na economia de plataformas e auxiliam na compreensão do novo modo de ser da informalidade pela ótica do trabalhador. Com isso, os dados expõem como essa forma de inserção na informalidade precariza as condições laborais, encobertando a falta de direitos sociais e diminuindo a renda dos trabalhadores. O presente trabalho pretende preencher esta lacuna, ao identificar elementos de resistência, como as plataformas de cooperativismo (Scholz, 2016), porém a partir da percepção dos micros e pequenos empreendedores em relação à plataformização.

Percepção essa, que inicialmente traz alguns benefícios como a intermediação entre empresa e clientes e a facilitação do acesso a serviços. Mas também, traz preocupações com relação à falta de regulamentação e proteção para trabalhadores e consumidores, além de afetar negativamente os setores tradicionais que não conseguem competir com esses modelos de negócio. A falta de regulamentação das plataformas digitais pode levar a uma série de problemas em diferentes áreas. Sem regulamentação adequada, os consumidores podem ficar vulneráveis a práticas comerciais desleais, fraudes e violações de privacidade. Incluindo risco a falta de transparência nas políticas de privacidade, cobranças ocultas e a exposição a riscos de segurança cibernética. As políticas de privacidade em sites e aplicativos costumam ser longas, densas e projetadas para não chamar atenção (Gonçales, 2021).

Com este trabalho também pretende-se compreender a influência das plataformas nos modelos de negócios e como a falta de regulação e construção lógica do trabalho afeta os empreendedores, sendo este o responsável direto pela potencialização da precarização das relações de trabalho. As plataformas digitais que

são utilizadas por estes empresários, dependem de trabalhadores independentes para fornecer serviços, como motoristas de aplicativos e entregadores. Conhecer o grau de compreensão destes empreendedores, acerca da sua relação com as plataformas digitais, permite estimar o quanto a falta de informação e ausência de organizações coletivas pode ser parte do problema. As relações de trabalho são cruciais para o bem-estar econômico e social das pessoas, contribuem para o desenvolvimento da comunidade na qual estas empresas estão inseridas.

Caso o presente trabalho identifique uma fraca percepção da relação dos níveis de exploração por parte dos empreendedores, será possível planejamento de políticas públicas e de regulamentação. Como também, redes de resistência que visem a conscientização coletiva sobre o tema e a busca por alternativas como a cooperação entre empresas. Redes de cooperação essas, visando agir na relação desigual entre as plataformas e os usuários com as empresas detentoras das plataformas, que determinam as condições e os termos de uso, enquanto os empreendedores têm pouca ou nenhuma voz nas decisões que afetam a sobrevivência da empresa.

Também, detectar os elementos de resistência desses empresários sobre a condição laboral oferecida, será um facilitador para a disposição de melhores condições, onde empreendedores colaborativos e conscientes de suas conjunturas, possuam uma maior probabilidade de estabelecer relações de trabalho mais justas. As empresas desempenham um papel vital na geração de empregos, impulsionando o crescimento econômico, promovendo a inovação e fornecendo bens e serviços essenciais para as comunidades. Além disso, são fontes importantes de receita para os governos por meio do pagamento de tributos que contribuem para o financiamento de serviços públicos, infraestrutura e programas sociais.

3. REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordados a revisão literária e os conceitos encontrados na bibliografia acerca o tema, objetivando um melhor suporte e compreensão da pesquisa em um todo. Primeiramente, será analisada a plataformização e, posteriormente, a compreensão sobre o empreendedorismo de si e o controle que exerce sobre as relações de trabalho. Por fim, serão explorados os elementos de resistência e cooperação para conectar ambos os conceitos para elucidar o tema.

3.1 PLATAFORMIZAÇÃO

As plataformas digitais permitem que trabalhadores realizem atividades sem vínculos empregatícios, oferecendo a falsa sensação de flexibilidade e autonomia. No entanto, também leva a condições precárias de trabalho e o cumprimento de princípios básicos relacionados a remuneração e gestão; como apontado no Relatório *Fairwork* Brasil 2023, que analisa as condições de trabalho descente no país. As plataformas obedecem a lógicas algorítmicas que passaram progressivamente, nos últimos trinta anos, a governar mais dimensões da vida social e comunicacional (Grohmann, 2020), se oferecendo como mediadoras entre oferta e procura, redirecionando e controlando o trabalhador.

Conforme Rosenfield e Almeida (2021), o fenômeno da plataformização comporta uma multiplicidade de abordagens, onde podemos discuti-los em diversas óticas, sendo definidas transversalmente pela gestão algorítmica do trabalho. Empresas de tecnologia se definem como mediadores, se considerando como otimizadores do contato entre tomadores de serviço e trabalhadores.

O processo de plataformização do trabalho aponta para novas formas de instabilidade e desregulamentação social do trabalho. Ao que vem se juntar a Reforma Trabalhista de 2017, segundo a qual qualquer trabalhador formal pode se tornar trabalhador sob demanda. A inserção pelo trabalho ruma para a instabilidade, para a incerteza dos rendimentos e para ausência de proteção social (Rosenfield; Almeida, 2021, p. 10).

A plataformização adotada por outras empresas que se utilizam de modelos de negócios semelhantes, em que intermediários digitais conectam fornecedores de serviços a clientes em busca desses serviços, é uma crescente tendência. Conforme

Abílio (2019), as plataformas digitais são reconhecidas como vetores de novas formas de organização do trabalho, sendo resultado de processos globais em curso há décadas. Estes, oriundos de políticas neoliberais que defendem a liberdade absoluta de mercado sem influência estatal permitem que as plataformas se utilizem da eliminação dos freios legais à exploração do trabalho para aumentarem seus lucros (Abílio, 2020). Conforme exposto, a partir da figura do Microempreendedor Individual – MEI.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, em 2022, o Brasil tinha 1,5 milhão de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, o equivalente a 1,7% da população ocupada no setor privado. Atividades essas, realizadas em um território geográfico determinado e com ações mecânicas como deslocamentos no território, limpeza e manutenção predial. Demonstrando também, a centralidade no setor de transportes, onde 9 entre cada 10 trabalhadores de plataformas, executam atividades de entregadores, frentistas e motoristas de transporte de passageiros.

No Brasil, no 4º trimestre de 2022, a população ocupada de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares, foi estimada em 87,2 milhões de pessoas, das quais 2,1 milhões realizavam trabalho por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e efetuavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico no trabalho principal. Desse total, 1 490 mil pessoas trabalhavam por meio de aplicativos de serviços, e 628 mil utilizavam plataformas de comércio (IBGE, 2023, p. 2).

Há um senso comum na bibliografia sobre a uberização, não limitada a empresa a qual originou a nomenclatura, mas uma tendência global como uma nova forma de gestão e controle das relações de trabalho, em que há, também precarização das relações de trabalho através do intermédio das plataformas entre oferta e procura gerando maiores danos aos trabalhadores.

3.2 EMPREENDEDORISMO DE SI

A flexibilização no mundo do trabalho é uma tendência crescente e está mudando a forma como as empresas gerenciam e estruturam seus funcionários. As plataformas digitais proporcionam os contratos informais de emprego, se utilizando do

caráter neoliberal do empreendedorismo (Grohmann; Salvagni, 2023) e das taxas de desemprego para atrair trabalhadores, sendo um facilitador para este processo. Ser um empreendedor de si mesmo implica em assumir a responsabilidade pelo próprio sucesso, indo ao encontro ao conceito de Dardot e Laval (2017), de que cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que se deve fazer frutificar. E ainda, como afirmam Barbosa e Magno (2011), ser responsável por sua condição de empregabilidade. É o caso dos trabalhadores que exercem as atividades através dos aplicativos de entregas e que os empreendedores que utilizam ferramentas, usufruem.

Essa tendência é impulsionada por diversos fatores - cenário social, político e econômico – sendo o empreendedor de si uma nova subjetividade produtora. Este não coincide nem com o trabalhador assalariado, com trabalhador informal, ou, até mesmo, com capitalista (Brito, 2021), resultando no individualismo e na propagação da maximização dos lucros organizacionais, esquecendo-se de critérios pessoais e sociais importantes da vida humana (Borges; Capelle; Santos, 2019). Dessa forma, esse individualismo fomenta a competição a partir do senso deturpado do sucesso empresarial predatório, gerando uma escassez de postos de emprego.

Através do discurso de que o sucesso da organização é também o sucesso do indivíduo a subjetividade destes vai sendo controlada e, muitas vezes, de maneira imperceptível até que de fato seja sequestrada e o indivíduo se sinta instigado a também empreender e tornar-se um empreendedor de si (Borges; Capelle; Santos, 2019, p. 419).

O empreendedorismo de si é incentivado e de fácil acesso. Quando surgiu a figura do Microempreendedor Individual – MEI em 2008, o método totalmente digital e mais simplificado de formalização de empresas – em que não há a necessidade de auxílio de um profissional contábil e o próprio empreendedor realiza a abertura e detêm a responsabilidade pelo controle das atividades – foi criado um facilitador por parte do poder público para que grandes empresas realizassem contratações por demanda, terceirizando os serviços e desconsiderando as contratações formais de emprego. Formato de abertura de empresa buscado pelos empreendedores de si para exercer suas atividades, pela facilidade de acesso, gratuidade e exigência dos aplicativos em geral para o intermédio das atividades, se apoiando na jurisdição brasileira para acessar trabalhadores. Sendo o exemplo da eliminação dos freios legais (Abílio, 2020) favorecendo às plataformas digitais.

Ao se formalizar como microempreendedor individual, o trabalhador contribui para o INSS, 5% sobre o salário-mínimo, tendo acesso aos direitos trabalhistas como auxílio doença, aposentadoria por idade, auxílio reclusão e pensão por morte. Sendo que, através desta contribuição, a pessoa física responsável não constará como trabalhador desempregado, impactando diretamente os números reais sobre acesso ao trabalho e emprego. Para compreensão desta magnitude, em 2022, 70% das empresas no Brasil estavam formalizadas nesta modalidade, segundo o Boletim Mapa de Empresas do Ministério da Economia, demonstrando o tamanho deste novo modelo de relação de trabalho produzido pela fragilização do estado como esfera pública garantidora de direitos sociais constitutivo da condição salarial (Barbosa; Magno, 2011). Modelo que ainda, mesmo com tributações acessíveis, gera uma legião de inadimplentes, conforme dados de setembro de 2023 do Ministério da Fazenda, foram notificados, 393.678 microempreendedores individuais, com significativo valor pendente de regularização, correspondendo a um total de dívidas em torno de R\$ 2,25 bilhões

No aspecto econômico, existe o entendimento da importância do empreendedorismo para a criação de postos de trabalho. Porém, o empreendedorismo tradicional vem sendo substituído por uma nova versão deturpada, na qual plataformas digitais mantêm relações tipicamente de emprego, porém renomeiam seus funcionários como “parceiros” e os fazem crer que são empreendedores. Uma deturpação das relações de trabalho, onde as transferências de responsabilidades são vistas como oportunidades e as empresas se utilizam desta mão de obra precarizada, sem um comprometimento com o desenvolvimento social.

O conceito de empreendedor foi ampliado ao máximo com o passar do tempo e, sem dúvida, sempre foi um conceito que legitimava novas formas de acumulação de capital (Casagrande; Zamora; Oviedo, 2021). Atualmente, o empreendedorismo é visto como solução para a escassez de postos de trabalho e como um item de complementação de renda para assalariados com remunerações insatisfatórias. Entretanto, o empreendedorismo tradicional – onde há recursos, investimentos e criação de postos de trabalho – não pode ser confundido com o modelo de negócio gerado a partir da plataformização.

Dornelas (2014), caracteriza o empreendedorismo com envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, que levam à criação de negócios de sucesso. O conceito atual de

empreendedorismo é distorcido e cria uma subjetividade sobre este novo modelo de relação de trabalho. Abílio, Amorim e Grohmann (2021), citam que é nesse sentido que o empreendedorismo se internaliza, coercitivamente, nas práticas laborais. Tipo de conduta, que permite às empresas apropriarem-se da força produtiva, usufruindo do poder econômico para monopolizar os setores de atuação.

O empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor (Abílio, 2019, p. 4).

Para Valenciano e Barboza (2005) o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados, se diferenciando do empreendedor que se observa nas relações modernas de uberização e dos microempreendedores individuais, mas sim aquele descrito na definição de Dornelas (2014), anteriormente apresentada. Porém, a busca por necessidade deste tipo de empreendedorismo, faz com que trabalhadores acreditem que se encaixam na definição de Valenciano e Barboza (2005), quando na verdade estão mais bem definidos pela de Dornelas (2014). Este processo é nocivo, visto que os trabalhadores observam oportunidades onde há escassez, liberdade onde há controle e desenvolvimento onde há precarização.

3.3 REDES, RESISTÊNCIA E COOPERAÇÃO

Segundo Balestrin, Verschoore e Reyes Júnior (2010) as redes de cooperação têm a capacidade de facilitar a realização de ações conjuntas e a transação de recursos para alcançar objetivos organizacionais. Sendo uma possibilidade de resistência das organizações em relação às grandes corporações que exploram os empreendedores, conseqüentemente transferindo para os trabalhadores envolvidos. Tálamo (2008), cita que a estruturação em forma de redes de cooperação traz resultados efetivos às empresas integrantes, dotando-as de competitividade e flexibilidade frente aos desafios de mercado.

Nos últimos anos, ficou ainda mais clara a necessidade de um movimento que lute por governança democrática no ambiente de trabalho, redistribuição de mais-valia e intercooperação (isto é, a

cooperação entre cooperativas), reapropriando tecnologias digitais a favor de uma organização cooperativista (Grohmann; Salvagni, 2023, p. 128).

Ao optar por redes de cooperação os empreendedores podem acessar recursos complementares, compartilhando recursos, infraestrutura e conhecimento técnico. Podendo aumentar a competitividade através do acesso a recursos que não possuía individualmente. Porém, Tálamo (2008) cita o desafio para a empresa que deseja participar de uma rede de cooperação, compreender a sua cultura e o quanto está disposta a colaborar.

Exige amadurecimento tanto da rede de cooperação quanto os empresários que a integram, a fim de superar suas próprias dificuldades culturais, evitando barreiras ao aprendizado e ao perfil sinérgico (Tálamo, 2008, p. 9).

Indo ao encontro da teoria sobre a dependência de recursos, citada por Balestrin, Verschoore e Reyes Júnior (2010), ao participar de uma rede de cooperação, o empreendedor reduz suas dependências ambientais, utilizando estratégias para desenvolver o próprio poder. Também, distinguindo entre os tipos de recursos, materiais ou imateriais, como possíveis determinantes na formação das redes (Balestrin; Verschoore; Reyes Júnior, 2010). Ainda, a cooperação também ajuda a suavizar possíveis riscos, onde os parceiros podem se apoiar em momentos de incerteza ou adversidades. Estrategicamente, objetivando o alcance de objetivos coletivos das empresas associadas, a configuração em rede se apresenta como um eficiente meio (Balestrin; Verschoore; Reyes Júnior, 2010).

O cooperativismo de plataforma pode ser o caminho para uma economia digital mais justa, conforme o Observatório do Cooperativismo de Plataforma (2023), a partir da reapropriação de tecnologias digitais controladas por trabalhadores, incentivando a economia local e fomentando o trabalho descente. Com isso, as cooperativas de trabalhadores poderiam projetar suas próprias plataformas e aplicativos (Grohmann, 2018), com taxas mais justas e adequadas às necessidades. Através destas redes de cooperação, as empresas podem expandir e compartilhar a sua base de clientes que hoje é centralizada e está em poder das plataformas, acessando novos mercados e segmentos. Também, essa cooperação, podendo levar ao surgimento de novas oportunidades de negócio, sendo uma alternativa, segundo Scholz (2016), ao *ethos* individualista da economia do compartilhamento.

Se você está pensando em empregos seguros, salários mínimos, seguro de saúde, fundos de pensão – nenhum desses assuntos pode ser resolvido fundamentalmente sem uma reorganização do trabalho, sem reforma estrutural (Scholz, 2016, p. 50).

As plataformas possibilitam uma série de ferramentas aos usuários para a construção dos seus próprios produtos e serviços, provendo uma estrutura básica para a realizar a mediação entre diferentes grupos (Grohmann, 2018), porém para fortalecer e construir plataformas cooperativas, é essencial que pessoas com pensamento semelhante se organizem (Scholz, 2016). Como as cooperativas de trabalho, geridas pelos próprios trabalhadores (Grohmann; Salvagni, 2023). Assim, observa-se que nenhum outro momento a cooperação e as redes receberam tanto interesse quanto atualmente (Balestrin; Verschoore; Reyes Júnior, 2010). Sendo uma tendência mundial, onde, autonomia e independência, adesão livre e voluntária são princípios fundamentais (Grohmann; Salvagni, 2023) pertencentes a várias partes interessadas.

Os sete princípios do cooperativismo mundial são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade (Grohmann; Salvagni, 2023, p. 126).

Como exemplo de resistência às plataformas, temos a mobilização dos entregadores de aplicativos em 1º de julho de 2020 em Brasília/DF, que protagonizou um marco histórico na luta por direitos da categoria (Delgado; Carvalho, 2020). Não só apontando as lacunas institucionais da Constituição brasileira, mas também das diretrizes internacionais de proteção ao trabalho, favorecendo a organização coletiva por direitos e interesses em comum.

A omissão institucional em relação à categoria dos trabalhadores de aplicativos, ao mesmo tempo que os coloca à margem das garantias jurídicas de trabalho digno, paradoxalmente, também os aproxima, evidenciando a semelhança de condições de vida compartilhadas por um trabalho intensamente precarizado (Delgado; Carvalho, 2020, p. 3).

Com base nessas informações, observa-se que são muitos os desafios para se romper com a manutenção dos privilégios e do sistema de exploração no trabalho digital. Além de um processo de conscientização coletiva, é preciso atentar para o

papel regulatório institucional em suas diversas frentes de atuação. Exemplo da reforma estrutural citada por Scholz (2016), para uma reorganização do trabalho. A exploração digital é uma realidade e enquanto a tecnologia avança e nos conecta, também temos testemunhado uma série de consequências negativas, como a exploração de mão de obra em plataformas digitais que é o tema de estudo deste trabalho.

Sendo fundamental que as empresas e os governos adotem medidas para regulamentar e proteger os direitos dos trabalhadores que exercer suas atividades intermediados pelos aplicativos de entrega, transporte e serviços em geral; garantindo um ambiente digital mais ético e com garantias para os usuários. Principalmente, para os que dependem destas tecnologias para sobreviver e executar os serviços essenciais que são utilizados por todos nós. Para isso, sendo fundamental a organização dos trabalhadores, através da organização coletiva e luta por direitos, e para os empreendedores, importantes neste processo de precarização, se organizando em redes de cooperação.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a percepção dos empreendedores que utilizam plataformas digitais para o fornecimento dos seus serviços identificando os elementos de resistência e alternativas à plataformização.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Entender a influência das plataformas digitais e a motivação para a utilização nos pequenos negócios;
- b) Compreender a percepção sobre empreendedorismo e o entendimento por parte da empresa da precarização das relações de trabalho;
- d) Conceber os elementos de resistência e alternativas à plataformização.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando utilizar uma técnica útil e flexível, se optou pela entrevista de profundidade, semiaberta, utilizando questões guias para dar cobertura ao interesse da pesquisa (Duarte, 2005). Permitindo a inclusão de perguntas adicionais para aprofundar o tema, buscando uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2002). Buscando identificar o que não pode ser mensurado, como as experiências e as motivações dos empreendedores. Conforme Minayo (2002), a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha não pode ser quantificado, como significados, valores, aspirações, crenças e atitudes.

A lista de questões foi criada visando buscar o entendimento da percepção dos empreendedores em relação a influência da plataformização em seus modelos de atuação com questões divididas em 3 categorias: plataformização, buscando compreender o relacionamento com as plataformas digitais e a influência das mesmas nas rotinas da empresa; empreendedorismo, para compreender as experiências, motivações e perspectivas dos entrevistados e redes de cooperação, objetivando entender as opções de resistência aos aplicativos de entrega e qual o horizonte dos empresários em relação ao tema.

Conforme Duarte (2005), uma boa pesquisa exige fontes capazes de ajudar a responder sobre o problema proposto, tendo envolvimento com o assunto. Sendo assim, foram selecionados 4 empreendedores de regiões, idade e experiências diferentes, visando diversificar o entendimento de pontos em comum da relação com as plataformas, independentemente da localização.

Quadro 1: Descrição dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Função	Empresa	Natureza Jurídica	Funcionários	Cidade
Felipe	32	Superior Incompleto	Sócio Administrador	Parma Pizzaria	EPP	8	Porto Alegre
Júlia	31	Superior Completo	Sócia Administradora	Bons Cookies	ME	10	Porto Alegre
Maria Fernanda	50	Superior Completo	Sócia Administradora	Cantina das Massas	EPP	37	Porto Alegre
Viviane	44	Médio Completo	Sócia Administradora	Pastelaria	EPP	65	Cachoeirinha e Gravataí

Fonte: elaborado pelo autor conforme dados coletados (2024)

Neste quadro, adicionalmente, foram apresentados dados julgados importantes para o entendimento do contexto das (o) empresárias (o) entrevistadas (o), como a idade dos mesmos, escolaridade, função na empresa, natureza jurídica, quantidade de funcionários para verificar a quantidade de trabalhadores impactados e as cidades de atuação.

Todos os participantes estavam cientes e de acordo com a utilização dos dados para publicações futuras, aceitando através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas individuais duraram em média 50 minutos e foram realizadas à distância, gravadas e transcritas. Nestas, foram abordadas questões pessoais dos empresários, experiências e motivações do cotidiano da empresa e de perspectivas para os próximos anos, relação com as plataformas digitais, modelos ideais de colaboração e alternativas à plataformização. Para o presente trabalho, foram utilizados nomes fictícios para as empresas e empresárias(o).

6. ANÁLISE DE DADOS

6.1 PLATAFORMIZAÇÃO

Os empreendedores entrevistados possuem motivações semelhantes para o uso das plataformas digitais, conforme relatos. Também é possível verificar o início da dependência das lógicas algorítmicas citadas por Grohmann (2020) nos dados coletados nas entrevistas de profundidade. A sócia administradora da empresa Pastelaria cita o incentivo para o uso:

a plataforma mudou a experiência do cliente, trouxe um aumento de faturamento através da praticidade e da segurança [...] somos uma empresa já tradicional na cidade, temos um histórico [...] a partir dos aplicativos conseguimos atingir um outro público (Viviane).

Também, os empreendedores entrevistados citaram o crescimento da utilização a partir da pandemia de Covid-19, o que potencializou a mudança no perfil dos clientes que utilizaram em massa os aplicativos, sendo em alguns períodos a única modalidade de venda, como relata a responsável pela Cantina das Massas:

a pandemia trouxe uma mudança de mercado muito significativa, onde tenho que me adaptar a essa nova forma de gerenciar [...] acho que o produto não chega do jeito que eu gostaria, se pudesse não trabalhar com tele entrega eu não trabalharia, mas o cliente pede (Maria).

Julia, sócia administradora da Bons Cookies, comenta que inicialmente a empresa era voltada a revenda e, com o período de pandemia, acelerou o modelo de venda direta e dependência das plataformas: *“nossa ideia era desenvolver a loja física [...] a pandemia acelerou o processo e tivemos que montar um cardápio pensando nas teles”* (Julia). Relatos esses que demonstram o processo de implantação das novas formas vetoriais da organização do trabalho (Abílio, 2019), trazidas pelas plataformas.

Conforme Grohmann e Salvagni (2023), as plataformas são automatizadas por algoritmos que se mantêm com base na coleta de dados de consumidores e trabalhadores, o que vai ao encontro das motivações dos empresários para o uso, em que estes buscam as plataformas para se aproximar do público consumidor e optam pela que possui mais dados e uma melhor experiência para o usuário. Como relata a

Bons Cookies, que trabalha com diversas plataformas, mas acaba centralizando na qual lhe trouxe uma melhor experiência como pessoa física:

usamos várias, mas hoje trabalhamos mesmo é com o Ifood pois é mais fácil de utilizar [...] eu mesmo quando preciso usar para mim, acho mais fácil [...] as outras tu demora para encontrar o que quer, não são acessíveis [...] não dá vontade de usar (Julia).

Assim como, essa automatização algorítmica (Grohmann; Salvagni, 2023) foi o gatilho para Felipe, proprietário da Parma Pizzaria: *“utilizamos a plataforma de venda Ifood, ele te promete fazer vendas [...] iniciamos para vender mais [...] ela te ajuda a chegar no cliente”*.

Relatam a influência das taxas praticadas pelas plataformas em seus preços e serviços, indo em direção a centralidade da financeirização como mecanismo central da plataformização do trabalho como um modo de acumulação de riqueza (Grohmann; Salvagni, 2023). Na visão da sócia administradora da Bons Cookies, que utilizou diversos aplicativos, as taxas se equivalem, mas o diferencial é a que consegue se aproximar mais dos clientes:

o Ifood come muito [...] iniciamos com a logística deles e deixa 27% de taxa, Uber Eats também cobrava alto, 29% [...] Rappi, 26%, mas não adiantava a taxa ser menor pois vendia menos [...] a gente escolhe pela que vende mais (Julia).

Impacto esse, também relatado pela sócia administradora da Cantina das Massas que expõe a relação financeira com o aplicativo. Demonstrando a monopolização dos setores econômicos onde as plataformas atuam (Abílio, 2019):

O Ifood é quase um sócio majoritário, pois ele leva 30% do meu faturamento [...] ninguém ganha de mim o que ele ganha [...] ele traz uma quantidade expressiva de clientes, mas tem uma influência na empresa que nenhum outro tem (Maria).

Os empresários entrevistados não consideram justas as taxas e os processos praticados, relatam que quando há promoções oferecendo frete gratuito por parte da plataforma para uma maior atração de clientes, o custo é arcado pelo empreendedor. Impactando diretamente as relações de trabalho citadas por Abílio (2019). A Parma Pizzaria relata pagar taxas de 12% a 15%, pois não utiliza o serviço de entregas: *“não*

uso o de entrega, pois os motoboys não têm a bag (caixa transportadora) e o cuidado que a pizza exige [...] ela é mais delicada” (Felipe). Exemplo esses, demonstração da influência das plataformas e a apropriação da forma produtiva (Abílio, 2019) por parte das empresas.

lfood tem um valor alto, então a gente ajusta e tira a margem [...] até estamos com logística própria, mas como tem o custo com o motoboy, acaba saindo a elas por elas [...] criamos combos para o lfood e vamos ajustando os preços [...] aumenta mas faz frete grátis [...] a gente acaba se ajustando [...] o cliente que compra diariamente quer promoção, abre o aplicativo e já escolhe pelo o que está mais barato (Julia).

Dentro dos receios em relação as plataformas digitais, os entrevistados reforçaram a insegurança relação ao suporte técnico oferecido. Inicialmente o processo consistia em entrar em contato através de um canal disponibilizado e realizado por um atendente de uma forma dinâmica, no decorrer do tempo, o processo de atendimento se transformou para chamados eletrônicos. Onde, o empreendedor relata a sua necessidade que não é resolvida instantaneamente:

considero precário e demorado [...] a plataforma tem um porcentual alto no faturamento da loja para não ter um suporte técnico imediato, está na mão deles se vendemos ou não [...] qualquer problema a loja deixa de vender, não conseguimos acessar os nossos clientes (Viviane).

Algo semelhante ocorre com a Bons Cookies, a sócia administradora da empresa expõe que o modelo anterior de atendimento, mais dinâmico e satisfatório, incentivava o uso. Também, que foi construída uma relação de dependência do aplicativo para executar as vendas e acessar os clientes:

antigamente tu conseguia entrar em um chat e falar com um humano, com o tempo virou chamados, tu faz um chamado e aguarda [...] gostaríamos de um atendimento mais rápido [...] não consigo falar com humanos, antes tu falava e já resolvia na hora com o atendente. Se o entregador está com algum problema com o local [...] cliente digito errado, não conseguimos falar direito com ele e nem com o cliente, nem com a plataforma (Julia).

O Empresário da Parma Pizzaria também não está satisfeito com o suporte oferecido: *“eu não gosto deles, não falo com eles. Digo que o lfood ganha em cima do*

sangue dos empresários” (Felipe). Também, como dificulta a relação dos clientes, através da retenção das informações: “eles retêm as informações dos clientes para que tu não roube deles [...] acaba dificultando, pois se existe um problema com o cliente, tu não consegue contatar ele direto” (Felipe), demonstrando a dependência da mediação através das plataformas como observadas por Grohmann e Salvagni (2023).

As chamadas plataformas digitais de trabalho controlam e subordinam as pessoas trabalhadoras a seus mecanismos e dinâmicas. E as atividades de trabalho ficam progressivamente mais dependentes da mediação de plataformas digitais. Além de nunca ser neutra, essa mediação pode significar controle e subordinação. (Grohmann; Salvagni, 2023, p. 23)

Incentivados pelas incertezas relatadas nas entrevistas de profundidade, buscam alternativas por se sentirem subordinados. Compreendendo que as plataformas digitais não estão apenas otimizando o relacionamento, confirmando o descompasso previsto por Rosenfield e Almeida (2021) em relação aos tomadores de serviços e trabalhadores, mas neste caso entre empresas e clientes. A empresa Pastelaria, que não é totalmente dependente, pois possui unidades físicas que garantem o faturamento da empresa, mas a empresária compreende a dependência de outros modelos de negócios com estruturas menores mais dependentes das plataformas e demonstra preocupação:

eles têm o poder de vender ou não para ti e muitos restaurantes tem 100% Ifood [...] imagina depender inteiramente deles [...] e se tiver qualquer problema técnico ou indisponibilidade da logística, tem o poder de fechar sua loja [...] naquele dia tu não vende nada, fica inviável trabalhar (Viviane).

Visão semelhante ao do proprietário da Parma Pizzaria, que diferentemente da Pastelaria, não possui independência das atividades pelo aplicativo de entrega e quaisquer imprevistos impactariam o funcionamento do estabelecimento. Demonstra preocupação com o futuro, pois compreende que a sua relação atual com a plataforma digital já influencia o modelo de consumo dos clientes:

meu receio é que os clientes se acostumem a comprar só pela plataforma [...] hoje é mais ou menos assim. Alguns restaurantes tem aplicativo próprio ou tentam vender pelas redes sociais [...] mas o

cliente está mesmo é no lfood [...] dizem que o grande sonho do lfood é ser o único provedor de comida pronta [...] onde eles quem controlam tudo, como e o que tu come [...] parece que estamos nos encaminhando para isso mesmo (Felipe).

Observa-se com essas falas, que os empreendedores demonstram incerteza dos empresários em relação a subordinação de seus estabelecimentos às plataformas. Os entrevistados consideram um desafio a manutenção desta relação, pois compreendem a importância para o funcionamento atual da empresa, mas se sentem explorados. Compreendendo a tendência a um monopólio, conforme previsto por Grohmann e Salvagni (2023), visto que as opções de plataformas estão se restringindo apenas a uma empresa.

6.2 EMPREENDEDORISMO

Os empreendedores possuem conhecimentos e experiências distintas, indo ao encontro do conceito de Dornelas (2014), referente ao envolvimento e a transformação de ideias em oportunidades de negócio. Sobre o desafio de empreender, a sócia proprietária da empresa Pastelaria cita: *“é um desafio prazeroso que vem de família, tem vários empresários, todos comerciantes”* (Viviane). Felipe relata que a Parma Pizzaria é o seu primeiro empreendimento e que entende a importância da graduação: *“fiz alguns anos de administração, mas não terminei. Acho que é importante o empresário se capacitar”*. Os entrevistados possuem níveis de ensino diferentes e, como no caso da sócia administradora da Cantina das Massas que é formada em Engenharia Química, graduação em áreas não relacionadas com as ciências administrativas:

Estudei uma coisa completamente diferente, mas a vida me trouxe para cá. Eu tenho um tio que tinha uma rede de restaurantes, também de massas [...] mas comecei como cozinheira, comecei a empresa do zero, desde o início [...] faz 20 anos que estou no mercado [...] a Cantina das Massas já se consolidou no shopping e hoje nós temos um nome, uma clientela já conquistada (Maria).

Os participantes desta pesquisa, consideram um desafio empreender e sentem que há muitas variáveis para as tomadas de decisão: *“tem que ter conhecimento de muitas áreas, tem que se especializar um pouquinho em cada”* (Viviane). A sócia

administradora da Bons Cookies, que é formada em Administração, fala sobre a rotina da empresa e das dificuldades: *“é um desafio diário [...] acho que a faculdade não nos prepara [...] meu TCC (trabalho de conclusão de curso) já foi sobre a Bons Cookies mas aprendi no dia a dia”* (Julia). Receios estes que demonstram a compreensão dos entrevistados sobre a importância de calcular os riscos assumidos, conforme a definição de Valenciano e Barboza (2005).

Os entrevistados ainda diferem-se dos empreendedores de si, pois possuem funcionários registrados, confrontando a erosão do trabalho contratado e regulamentado citado por Antunes (2011), pois compreendem a importância da formalização contratual para se resguardarem judicialmente:

a gente tem 2 lojas, uma em Gravataí e outra em Cachoeirinha. Em Cachoeirinha, 35 funcionários e em Gravataí, 30. Todos registrados [...] é importante pois é muita coisa para cuidar, trabalhar com alimentação é complicado [...] importante eles estarem registrados e treinados, mas é uma área que tem muita rotatividade (Viviane).

Como é o caso da Cantina das Massas, que possui 19 funcionários registrados, divididos entre duas operações: restaurante na praça de alimentação em um shopping e serviço de *delivery* que fica em outro endereço. A Parma Pizzaria possui 7 funcionários, porém com um irregular. Trabalhador esse, empreendedor de si e desprovido de garantias, fazendo parte do processo de informalização do trabalho (Abílio, 2019). O empreendedor não quis entrar no tema ao ser questionado sobre as motivações e não soube responder se pretende regularizar futuramente.

Os entrevistados possuem empresas com faturamentos altos, considerando a faixa de faturamento dos micros e pequenos empreendedores: *“nosso faturamento é em torno de quinhentos mil nas duas lojas”* (Viviane). A sócia proprietária da Cantina das Massas cita a oscilação no faturamento, devido as duas operações distintas:

duzentos e trinta mil no restaurante e trinta mil na tele entrega, são operações diferentes. Elas têm períodos de alta e de baixa, faz parte de quem trabalha com alimentação [...] a tele me rende menos, mas também me gera menos trabalho e tem uma estrutura menor, os cardápios estão definidos e conseguimos prever o que sai mais (Maria).

Com faturamento mais baixo em relação as outras entrevistadas, Felipe da Parma Pizzaria: *“nosso faturamento mensal é de cem mil, considero bom pelo*

tamanho da empresa [...] permite eu me remunerar e expandir”. Indo ao encontro ao citado pela empresária da Cantina das Massas, que relata que em uma das suas operações, a que realiza atividade exclusivamente através de aplicativos, o faturamento é menor e envolve menos trabalhadores.

Como perspectivas para os próximos anos, os entrevistados estão trabalhando para a expansão das suas empresas, visualizaram oportunidades e as estão transformando, como conceituado por Dornelas (2014). Os planos da Bons Cookies é se consolidar como franqueadora:

a ideia é expandir em novas franquias [...] já estamos com a loja no Pontal (shopping em Porto Alegre/RS), com franquias a gente ganha com expansão de marca e na produção da fábrica [...]a gente consegue aumentar a produção para as franquias e conseguimos ganhar de ambas as formas [...] é o que pretendemos (Julia).

A Parma Pizzaria, mesmo com um faturamento menor em relação as outras entrevistadas, está com o processo em andamento: *“vamos inaugurar uma nova operação com um modelo diferente, lá o cliente vai poder ter uma nova experiência [...] comer no local, mas vai ser diferente de uma pizzaria tradicional”* (Felipe). No caso da Cantina das Massas, analisando a viabilidade da operação da tele entrega:

plano de curto prazo é organizar as atividades das cozinhas de tele entrega [...] e planejar novos produtos e novas fontes de renda, se vamos apostar no delivery em formatos melhores [...] ampliar esse tipo de operação [...] formatos enxutos, vamos avaliar a viabilidade e qual o formato que será feito (Maria).

Relatos que vão ao encontro do conceito exposto por Grohmann e Salvagni (2023), acerca a visão do empreendedorismo como solução neoliberal para os problemas. Os entrevistados, apesar das dificuldades, consideram que empreender é o melhor formato e estão satisfeitos em suas atividades

6.3 REDES DE RESISTÊNCIA E ALTERNATIVAS

Alguns dos entrevistados participam de redes de cooperação, pois possuem o entendimento da importância do compartilhamento de experiências entre empresários, demonstrando a ascensão prevista por Balestrin, Verschoore e Reyes Júnior (2010). Maria, sócia proprietária da Cantina das Massas, cita a importância de

associações como a ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, a qual faz parte e foi presidente, sendo atualmente conselheira:

Fui presidente da ABRASEL, hoje sou somente conselheira [...] é fundamental essa colaboração entre os empresários, compartilhar as dores e soluções que muitas vezes são as mesmas [...] a gente acaba economizando tempo e dinheiro quando se ajuda [...] faço várias conexões e já participei de diversos grupos (Maria).

Julia faz parte pelo SEBRAE – Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, de projetos coletivos com empresas do mesmo ramo, visando o desenvolvimento coletivo. Grupos os quais, Viviane da Pastelaria já participou em um momento distinto. São grupos que realizam atividades colaborativas, facilitando as ações conjuntas para alcançar objetivos organizacionais (Balestrin; Verschoore; Reyes Júnior, 2010).

Através do projeto do Sebrae eu conheci outros empreendedores com as necessidades semelhantes as minhas [...] também consegui ajudar bastante quem estava querendo entrar no ramo [...] participei de feiras e missões internacionais [...] hoje já não faço mais parte, mas as relações ainda se mantêm e a gente se ajuda (Viviane).

A entrevistada Julia, expõe a importância da rede para o desenvolvimento da Bons Cookies, como a relação com outras empresas ajuda nas rotinas diárias e a participação em projetos coletivos auxilia nos planos de expansão que está em fase de implementação:

A gente começou com eventos, focadas em mini cookies para festas [...] com o tempo a gente começou a investir mais na fábrica, na produção [...] hoje participo do grupo de franquias, onde estou desenvolvendo o modelo para franquear a Bons Cookies, a ideia é expandir [...] o projeto coletivo me ajudou na primeira implantação, que é o teste que estamos fazendo hoje [...] muito importante conversar (Julia).

Porém, Julia comenta sobre a cultura e relata sentir falta de mais relacionamento com empresários para compartilhamento e cooperação: “acho que falta, às vezes tentamos trocar com algumas pessoas, mas a informação não vem tão clara”. Com as mesmas necessidades, Viviane da empresa Pastelaria, comenta sobre a dificuldade de cooperação e o receio do compartilhamento de informações: “o

empresário tem muito receio de abrir, né? Trabalha muito sozinho porque o mercado é agressivo, muitas vezes é traiçoeiro”. Segundo a empresária da Bons Cookies, sua rotina seria facilitada por uma rede de cooperação:

Acho importante, às vezes tu está vivendo algo e não tem com quem trocar [...] fala com alguém que já passou por isso e ele te ajuda, economiza tempo e dinheiro [...] posso estar passando por algo que pode ser resolvido com uma conversa [...] quebro a cabeça atrás de uma solução que para alguém é resolvido facilmente por já ter passado por isso (Julia).

O Empresário da Parma Pizzaria também participa de um grupo de cooperação, porém relata que sente a necessidade de mais auxílio: *“faço parte da ABRASEL (Associação de Bares e Restaurantes), me ajudou a encontrar alguns fornecedores, mas nada além disso”* (Felipe). Considera que existe uma concentração de renda e informações, onde a cooperação acontece apenas entre esses empresários:

Hoje em dia é moda em Porto Alegre os food park (espaços compartilhados de empresas de alimentação) [...] tem aqui no centro, tem na zona sul [...] se tu for ver, é sempre as mesmas empresas, tudo do mesmo grupo de dono [...] acaba que vai centralizando nos mesmos, quem não participa vai ficando cada vez mais fora do mercado [...] o dinheiro fica na mão dos mesmos, o que é um desafio para os pequenos (Felipe)

Participando de um grupo de cooperação informal, qual foi iniciado pelo SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, reúne pessoas com pensamento semelhante, organização necessária segundo Scholz (2016). A sócia administradora da empresa Pastelaria, considera que este é o modelo ideal, com reuniões mensais de compartilhamento de experiências:

São 8 empresários e a gente se reúne de 15 em 15 dias e tem toda essa cooperação [...] troca de informações dentro da nossa área, então eu entendo que facilita muito porque normalmente todas as demandas são parecidas [...] tem que ter uma proximidade em um tempo curto, porque se tem um tempo muito longo, acaba se perdendo, precisa ser contínua, ser mais próxima (Viviane).

Referente a busca de alternativas como forma de resistência, os entrevistados relatam dificuldades, o que reforça a consolidação da monopolização das plataformas,

prevista por Grohmann e Salvagni (2023). A empresária da Pastelaria relata “*mas o mercado está muito monopolizado [...] cliente quer isto, então não vejo porque não está lá atualmente*” (Viviane). Porém, Viviane considera que a empresa está se preparando e possui um histórico – empresa tem 20 anos de existência – que a permite. Ela conta que reestruturou a empresa para o pós-venda, tentando migrar os clientes para um aplicativo próprio ou para as redes sociais da empresa. Mesmo assim, considera que o empresário deve estar sempre atualizado em busca de alternativas:

você tem que estar sempre informado, o que o mercado tem disponível não é sempre atualizado [...] na parte digital, tudo é muito rápido. Sabe quando tu vê já tem algo novo ali e tu já tem que estar implementando, tem que estar mudando. A própria rede social, ela é muito rápida, ela te dá muitos desafios [...] eles lançam coisas que não consegue acompanhar. Surgiu necessidade, alguém coloca no mercado e resolve o problema (Viviane).

A migração dos clientes das plataformas para o *Whatsapp*, é a alternativa encontrada também pela Cantina das Massas: “*enquanto não aparece uma melhor, utilizo essa*” (Maria). Já a Parma Pizzaria, utiliza como alternativa o envio de materiais de divulgação junto com o produto, pois pratica preços diferentes pelas compras fora da plataforma:

Sempre enviei um panfleto junto com as caixas para divulgar a empresa [...] selos de fidelidade e o nosso número [...] muitos clientes conhecem, gostam e depois entram em contato por outros meios [...] Whatsapp, Instagram, e o cliente gosta, pede direto e paga menos” (Felipe).

A empresária da Cantina das Massas, Maria, relata sobre o *Abrafood*, aplicativo desenvolvido pela ABRASEL – Associação de Bares e Restaurantes, qual reuniu empreendedores locais, oferecendo benefícios para o uso e maior proximidade com os usuários. Que demonstra a capacidade de facilitar a realização de ações conjuntas para alcançar objetivos organizacionais (Balestrin; Verschoore; Reyes Júnior, 2010). Porém a falta de divulgação e engajamento de outras empresas, inviabilizou o projeto em Porto Alegre/RS.

Era praticamente um Ifood, mas acabou esbarrando na captação de usuários na plataforma [...] o Ifood é o detentor do cliente que é a

nossa razão de ser, sem ele não funciona [...] a ideia foi boa, mas faltou engajamento de outros empresários [...] se todo mundo se juntar e usar, funciona (Maria).

Relato esse, reforçando a dependência dos empreendedores da mediação através das plataformas citadas por Grohmann e Salvagni (2023). Em alguns lugares, onde houve uma maior mobilização coletiva dos associados, o aplicativo alternativo teve algum sucesso pelo engajamento dos empresários locais que investiram na divulgação, assemelhando-se as cooperativas de trabalho, geridas pelos próprios trabalhadores (Grohmann; Salvagni, 2023) como a empresária da Bons Cookies considera que seria interessante, mas relata dificuldades:

A maior alternativa que já busquei foi ter um delivery próprio [...] seria legal algumas empresas se juntarem e ter um delivery delas [...] conseguir trazer o cliente, tem que ter um marketing muito forte. Não acho que temos uma marca conhecida [...] se tivéssemos, o cliente viria se saíssemos do Ifood, ainda não temos essa legião de seguidores (Julia).

Como elementos de resistência, os entrevistados encontraram em cooperativas de entregadores uma opção. Atualmente, a Cantina das Massas possui, juntamente com outras 6 empresas, um espaço compartilhado visando o compartilhamento, onde utilizam uma cooperativa de motoboys para uma melhor organização coletiva, controle e resguardo judicial. Considerando a participação ativa da cooperativa como modelo ideal de resistência:

O ideal seria, eu ter uma pessoa dessa cooperativa (de motoboys) organizando as saídas das teles entregas, ter motoboys efetivos com qualidade e qualificados [...] com preço justo, condizente com a qualidade do produto [...] o meu produto é bom, não pode estar na mão de uma entrega ruim [...] a cooperativa consegue entregar melhor, são mais organizados (Maria).

Os empresários entrevistados possuem uma compreensão em relação a importância da cooperação para suas empresas. Assim como, a necessidade do desenvolvimento dos elementos de resistência que já estão em prática para desviar das lógicas algorítmicas (Grohmann, 2020) que dificultam o acesso aos clientes e criam dependência nociva com as plataformas digitais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendedores entrevistados relataram a dependência das plataformas digitais pela experiência positiva ao usuário final oferecida. Aparentemente cientes da subordinação exercida e reféns das lógicas algorítmicas, se adaptaram realizando ajustes em seus cardápios, produtos e embalagens. As utilizam sem visualizar alternativas efetivas, pois não tiveram as necessidades atendidas quando houve iniciativas de resistência. Como motivação para o uso, a possibilidade de atendimento a públicos antes não atingidos e presença de marca, compreendendo a exploração da relação, mas usufruindo dos benefícios oferecidos. Ainda, citaram a potencialização a partir do período da pandemia de Covid-19, onde houve um aumento das atividades no delivery e mudança no perfil do público consumidor. Para a análise, a amostra escolhida foi empreendedores que possuem funcionários, rendas mensais altas em relação aos empreendedores tradicionais e que são responsáveis por uma cadeia produtiva maior, impactando um maior número de trabalhadores.

Auxiliando responder sobre os elementos de resistência dos pequenos empreendedores em relação às plataformas, se considera importante buscar o entendimento por parte dos empreendedores da dependência dessa relação. Nas falas, afirmam que não houve alguma mudança no modelo de negócio para atender exigências das plataformas. Porém, no decorrer das entrevistas em profundidade, apontaram ajustes realizados na embalagem, alterações das receitas, preços e produtos oferecidos no cardápio para garantir a melhor experiência aos clientes finais. Não considerando que tais ajustes foram realizados para evitar avaliações negativas no aplicativo, conforme exposto na entrevista, atendendo a lógica determinada pela plataforma para classificação das empresas pelos usuários e exposição dos produtos. Demonstrando que o entendimento acerca a dependência da relação com as plataformas digitais não possui a profundidade relatada pelos entrevistados.

Nas entrevistas foi possível perceber as principais necessidades e reclamações, sendo a mais latente a precariedade dos canais de atendimento oferecidos. Relataram ser, inicialmente, através de atendimento humano com um atendimento personalizado e dinâmico. Porém, por decisão unilateral, são digitalizados e através de registros de chamados que dificultam a resolução imediata de problemas. Alterações na relação que prejudicam o funcionamento de suas

empresas e a resolução de problemas. Como adaptação a essas necessidades, relataram que a partir do uso constante, acabaram se utilizando de macetes para conseguir o atendimento necessário, possuindo a falsa sensação da previsibilidade de problemas e controle na relação com os aplicativos.

A opção por empresas com faturamento mais altos, foi para compreender o quanto os empresários que se consideram explorados, transferem as insatisfações e despesas para o trabalhador. Algo que não foi constatado, possuem a noção da importância dos direitos trabalhistas, mesmo que a motivação seja a entrega dos produtos, avaliação da empresa e resguardo judicial do que uma consciência social. Demonstraram preocupação com as condições laborais dos envolvidos e não transferem diretamente para os trabalhadores a exploração sofrida pelas plataformas. Ambos os empresários optam por parcerias com coletivos de motoboys para garantir melhores condições na logística – um dos empecilhos bastante relatado no relacionamento com as plataformas. Considerando fundamental a organização coletiva desses trabalhadores.

Relataram impacto positivo nas vendas a partir do uso das plataformas digitais, expuseram ser a alternativa no período das restrições sanitárias para sobrevivência da empresa, sendo a principal motivação para o uso. Atualmente, consideram as taxas injustas, altas em relação ao suporte oferecido, não considerando positivo o retorno das vendas pelos aplicativos que gerou dependência deste tipo de modelo de negócio. Buscam alternativas possíveis e compatíveis com as ferramentas disponíveis, como por exemplo, fidelização de clientes que os conheceram através da plataforma os direcionando para outros canais. Realizam promoções, preços diferenciados e vantagens para este modelo de venda, mas consideram insuficiente como alternativa de independência das plataformas digitais.

A seleção desta pesquisa optou por empreendedores com conhecimentos, experiências e formações distintas, que relataram dificuldades para empreender e problemas de gestão. Possuem perspectivas à curto prazo semelhante, de expansão a multiplicação do modelo de negócio através de franquias. Compreendem a importância de redes de cooperação, inclusive criando alternativas como a criação grupos de empresas do ramo de alimentação com operações em conjunto, objetivando a troca de experiências, compartilhamento de custos e expansão coletiva. Algo que, conforme relatos, não é acessível a todos os entrevistados devido a centralização e concentração de renda. Empresários que expuseram não participar

destes modelos, visualizam a multiplicação dessas redes de cooperação e compreendem a necessidade da participação para a sobrevivência da empresa.

Diante o exposto na presente pesquisa e na literatura disponível, foi possível identificar alguns elementos de resistência para os pequenos empreendedores em relação às plataformas digitais. Entre eles, a colaboração entre os empresários para que haja compartilhamento de informações e força coletiva em busca da independência algorítmica, investimento em redes de cooperação visando o desenvolvimento de aplicativos próprios – visto ser um modelo de negócio consolidado perante o público consumidor; e o engajamento deles por parte dos empresários e usuários.

Também, foi possível identificar a necessidade de ações de órgãos empresariais para mitigar os efeitos da plataformização, como o investimento em aplicativos próprios e acessíveis, conectando empresas com usuários, e que possua uma relação que seja colaborativa, favorecendo toda a cadeia envolvida, principalmente os trabalhadores. Que este, receba investimentos significativos para captação de usuários, conforme relatado pelos entrevistados ser o grande limitador na busca por alternativas. Ainda, foi identificado no presente trabalho, a necessidade de sensibilização dos usuários para a busca de informações e escolha de aplicativos com condições mais justas.

Como limitações para a construção do presente trabalho, a escassez de literatura científica pela visão dos empreendedores que utilizam plataformas digitais. Sendo que, por ser uma realidade consolidada entre empreendedores e usuários, são responsáveis direto pela precarização, mesmo que involuntária, de trabalhadores. O empresário se beneficia desta relação, está longe de ser o prejudicado, porém se as ações de resistência e cooperação forem direcionadas para eles, impactará os trabalhadores envolvidos. Também foi identificado no presente trabalho, para estudos futuros, a necessidade de identificar o perfil dos empresários que utilizam as plataformas digitais e possuem uma dependência total das plataformas digitais para a sua existência. como é caso dos microempreendedores individuais, que formalizam pequenos estabelecimentos, direcionados exclusivamente para entregas e subcontratam outros trabalhadores também formalizados, gerando uma cadeia de trabalhadores precarizados e regulamentados. Perfil esse, que se diferente dos utilizados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos avançados**, v. 34, p. 111-126, 2020.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, p. 26-56, 2021.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 405-419, 2011.
- ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. Boitempo Editorial, 2022.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 458-477, 2010.
- BARBOSA, S. ; MAGNO, A. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 121-140, 2011.
- BORGES, D. A. H.; CAPPELLE, M. C. A.; CAMPOS, R. C. Empreendedor de si próprio: como a cultura do management contribui para o sequestro da subjetividade. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 2, p. 410-427, 2019.
- BRITO, C. M. Reflexões sobre a subjetividade do empreendedor de si mesmo: percursos exploratórios. *In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia*. Anais... Uberlândia (MG) Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/349283-REFLEXOES-SOBRE-A-SUBJETIVIDADE-DO-EMPREENDEDOR-DE-SI-MESMO--PERCURSOS-EXPLORATORIOS. Acesso em: 10 jan. 2024
- CASAGRANDE, L.; ZAMORA, M. A.; OVIEDO, C. F. Motorista de Uber não é empreendedor. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.
- DELGADO, G. N.; CARVALHO, B. V. Breque dos Apps: direito de resistência na era digital. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 27, 2020.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo** – Transformando Ideias em Negócios. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

EMPRESA BRASIL COMUNICAÇÃO (EBC). **Mapa de Empresas**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/quase-70-das-empresas-ativas-no-pais-sao-mei-divulga-ministerio>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FAIRWORK. **Relatório Fairwork Brasil 2023: Ainda em Busca de Trabalho Decente na Economia de Plataformas**. Oxford, Reino Unido; Berlin, Alemanha, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALES, F. **Privacidade e proteção de dados na era dos algoritmos**. 2021. 128p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Centro Universitário Internacional (Uninter). Curitiba, 2021.

GROHMANN, R. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform. Coop. **LIINC em Revista**, v. 14, n. 1, 2018.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic Online**, v. 22, n. 1, 2020.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

GROHMANN, R.; SALVAGNI, J. **Trabalho por Plataformas Digitais: Do Aprofundamento da Precarização à Busca por Alternativas Democráticas**. São Paulo, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego** – 3º trimestre de 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Economia e Desenvolvimento Enconômico**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13530->

apenas-23-dos-trabalhadores-de-transporte-por-aplicativo-contribuiam-para-o-inss. Acesso em: 19 fev. 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Receita orienta Microempreendedor Individual inadimplente para não ser excluído do Simples Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/receita-orienta-microempreendedor-individual-inadimplente-para-nao-ser-excluido-do-simples-nacional>. Acesso em: 01 fev. 2024.

OBSERVATÓRIO DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMAS (OCP). **Conheça Alternativas às Grandes Plataformas Digitais**, Disponível em: <https://cooperativismodeplataforma.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ROSENFELD, C. L.; ALMEIDA, J. Plataformização do trabalho. **Sociologias**, v. 23, p. 9-16, 2021.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Tradução e comentários: Rafael A. F. Zanatta São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016

TÁLAMO, J. R. **Formação e gestão de redes de cooperação empresarial**. 2008. 223p. Tese (Doutorado). Departamento de Engenharia de Produção. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

VALENCIANO SENTANIN, L. H.; BARBOZA, R. J. Conceitos de empreendedorismo. **Revista Científica Eletrônica de Administração**, v. 6, n. 4, p. 685-693, 2005.

APÊNDICE

Roteiro da Pesquisa da Entrevista de Profundidade

Informações sobre o entrevistado

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Escolaridade:
- d) Cargo/Função:
- e) Empresa:
- f) Natureza da Empresa:
- g) Data de Abertura:
- h) Número de funcionários:
- i) Regime de contratação:
- j) Parentesco dos funcionários:
- k) Tempo de relação com a plataforma:

Questionamentos sobre Plataformização

- a) Quais plataformas utiliza?
- b) Qual a motivação para utilização das plataformas?
- c) A empresa se adaptou para atender às exigências da plataforma?
- d) Como é a relação com a(s) plataforma(s)?
- e) Qual o impacto das plataformas no faturamento da empresa?
- f) Qual o valor das taxas?
- g) Qual o valor considera justo para as taxas?
- h) Quais os receios em relação as plataformas?

Questionamentos sobre Empreendedorismo

- a) Quais os conhecimentos sobre empreendedorismo?
- b) Considera importante saber sobre o tema?

- c) Como é empreender?
- d) Quando tempo está na atividade?
- e) Quais os desafios da empresa?
- f) Possui funcionários?
- g) Os funcionários são registrados? Caso não, pretende registrar?
- h) Qual a renda mensal da empresa?
- i) Quais as perspectivas para os próximos anos?

Questionamentos sobre Redes de Cooperação

- a) Participa de alguma rede de cooperação?
- b) Compreende o que é uma rede de cooperação?
- c) Como outras empresas poderiam colaborar para o desenvolvimento de ambas?
- d) Busca alternativas às plataformas? Se sim, quais?
- e) Caso não busque, quais as dificuldades?
- f) Qual seria o modelo ideal de cooperação para o seu negócio?

Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está convidado a participar da pesquisa “Plataformização”, coordenada pela professora Julice Salvagni (julice.salvagni@ufrgs.br), com a participação de Lucas Pereira Moraes, (contato.lucasmoraes@gmail.com) da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo principal do projeto de pesquisa é identificar o perfil e percepção dos empreendedores de plataformas sobre as características as atividades.

A participação consiste em uma entrevista de profundidade com aproximadamente 30 minutos de duração, na qual serão coletadas informações a respeito da sua percepção sobre a atividade do trabalho em plataformas. Os riscos de participação na pesquisa são riscos indiretos, como desconforto ou cansaço ao responder as perguntas. Você poderá parar a entrevista a qualquer momento, bem como não responder a qualquer uma das perguntas. Você também poderá retirar seu

consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum. Os benefícios de participação na pesquisa são indiretos, com a possibilidade de reflexão sobre o tema da pesquisa.

Se autorizado por você, a entrevista será gravada digitalmente e depois transcrita. A gravação e a transcrição ficarão armazenadas em um notebook pessoal, com acesso exclusivo à equipe de pesquisa, mediante login com senha, por cinco anos. Após esse período os dados serão apagados. Seu nome não constará em nenhum arquivo, visando a garantia de manutenção de seu sigilo e privacidade, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa. Ainda que essas precauções sejam tomadas, alertamos para o risco de eventual vazamento de dados ou corrompimento dos arquivos.

Não haverá qualquer pagamento por sua participação na pesquisa e tampouco estão previstas despesas para a sua participação, que acontecerá em seu local de trabalho em momento de sua escolha a ser combinado com os pesquisadores. Ainda, você terá direito a indenização por eventual dano causado por sua participação.

Ao assinar esse Termo, você está ciente do acima exposto e concorda com a sua participação na pesquisa. Uma via deste Termo assinado por si e pelo pesquisador lhe será entregue antes da participação na pesquisa. Em caso de pesquisa online: Baixe e salve uma cópia desse Termo para consultas futuras.

Porto Alegre, _____ de _____ de 202____.

Pesquisador responsável

Participante